CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 19.897/12/2ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000175610-41
Impugnação: 40.010132523-30
Impugnante: Paulo Xavier Pereira
CPF: 284.178.956-04
Proc. S. Passivo: Rosa Maria Araújo de Castro/Outro(s)
Origem: DF/Ubá

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO - PESSOA FÍSICA. Comprovado nos autos a falta de recolhimento do IPVA devido, uma vez que o proprietário dos veículos tem residência habitual neste Estado, nos termos do disposto no art. 127, inciso I do CTN. O registro e o licenciamento do veículo no Estado do Espírito Santo não estão autorizados pelo art. 1º da Lei nº 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Corretas as exigências de IPVA, Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03 e juros de mora. Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a falta de recolhimento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em virtude do registro e licenciamento indevido no Estado do Espírito Santo nos exercícios de 2010 e 2011, do veículo Ford Focus 2L FC Flex, ano de fabricação 2010, placa MTA-4794, uma vez constatado que seu proprietário é residente em Ubá/MG.

Exige-se IPVA, Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03 e juros de mora.

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente e por procuradora regularmente constituída, impugnação de fls. 69/72, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 74/79.

DECISÃO

A acusação fiscal é de falta de recolhimento do IPVA devido a este Estado, nos exercícios de 2010 e 2011, do veículo Ford Focus 2L FC Flex, ano de fabricação 2010, placa MTA-4794, de propriedade do Autuado.

Mediante o cruzamento de dados do veículo e de seu proprietário, constantes dos bancos de dados da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/ES e Receita Federal, a Fiscalização constatou que o mencionado veículo encontra-se registrado e licenciado no Estado do Espírito Santo, não obstante ser o seu proprietário residente no Município de Ubá/MG.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Antes de se adentrar no exame das provas constantes dos autos, torna-se imperioso analisar a legislação que rege a matéria, para uma melhor compreensão da questão examinada.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no seu art. 155, inciso III, conferiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Assim, cada Estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada Unidade da Federação, o que faz com que muitos veículos sejam registrados nos Estados em que a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem neste Estado.

No caso do Estado de Minas Gerais, foi editada a Lei nº14.937 de 23 de dezembro de 2003, que ao estabelecer sobre o pagamento do IPVA, disciplinou:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

(...)

Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao Estado de Minas Gerais, quando o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Cabe, todavia, indagar, quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento neste Estado. Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei nº 9.503 de 1997, no seu art. 120, dispõe:

Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deve ser registrado perante o Órgão executivo de trânsito do Estado ou do DF, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei.

(...)

Extrai-se, do dispositivo legal retromencionado, que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Salienta-se, desde já, que não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002 (CC/02), dada a regra da especialidade. A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do CTN, posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Examine-se, pois as disposições do art. 127 do CTN, retrocitado:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento; (...).

O Professor Renato Bernadi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2006), leciona:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na ratio legis da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário (...).

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA é o previsto no artigo supramencionado, que determina que as pessoas registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade e que as pessoas jurídicas de direito privado devem registrar seus veículos onde se encontre as respectivas sedes.

Esta assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de residência habitual do Autuado, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso I do CTN, já mencionado.

Passa-se, então, a análise dos documentos juntados aos autos, para a aferição do domicílio tributário do Autuado.

Em resposta ao Ofício nº 06/2011, de fls. 22/23, o Impugnante apresentou:

- cópia do CRLV do veículo placa MTA-4794 (fl. 15);
- declaração de locais habituais de sua residência (fl. 16);

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- cópia do carnê de IPTU em seu nome do ano de 2011 de imóvel localizado em Guarapari/ES (fl. 17); e

- cópia de conta de energia elétrica Espírito Santo Centrais Elétricas S.A (ESCELSA) do mês de junho de 2011 em seu nome, com o endereço de entrega em Ubá/MG (fl. 18).

No entanto, com base na documentação juntada pelo Fisco e apresentada pelo próprio Autuado, não há outra conclusão senão a de que sua residência habitual é em Ubá/MG, conforme se segue:

1) consulta ao banco de dados da Receita Federal do Brasil, onde consta o endereço do Contribuinte como sendo à Rua XV de Novembro, 62, Centro, Ubá/MG (fl. 59);

2) consulta ao *site* do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), onde consta que o domicílio eleitoral do Autuado é em Ubá/MG (fl. 60);

3) o Contribuinte é sócio administrador da empresa Rádio Educadora Trabalhista Ltda, CNPJ 25.336611/0001-36 localizada em Ubá/MG (fls. 61/62);

4) consulta ao catálogo de endereços e telefones da cidade de Ubá/MG, no qual se verifica que o Sujeito Passivo possui 2 (dois) telefones cadastrados (fl. 63);

5) consulta ao *site* da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), em que consta que o Contribuinte possui 2 (duas) ligações de água cadastradas referente a imóveis localizados em Ubá/MG (fl. 64);

6) cópia da conta de telefone “Oi fixo” apresentada pelo sujeito passivo consta o endereço de Ubá/MG (fl. 25);

7) Declarações de Imposto de Renda, exercícios 2011 e 2012, nas quais o Autuado informa o endereço no Município de Ubá/MG (fls. 28 e 35);

8) nota fiscal de aquisição do veículo consta o endereço do Autuado como sendo à Rua Luiz Gomes Martins, 72, Bairro Vitória, Ubá/MG (fl. 42);

9) conta de energia elétrica da empresa ESCELSA/ES, apresentada pelo Sujeito Passivo, consta como local de entrega o endereço de Ubá/MG (fl. 18); e finalmente,

10) cópia de seguro emitido por “Bradesco Seguros” consta que o “local de risco” do veículo em questão é Ubá/MG (fls. 51 a 56).

Desse modo, pelo exame de toda a documentação acostado aos autos, não resta dúvida de que o Autuado possui residência habitual no município de Ubá/MG, o que enseja a correção do feito fiscal em sua integralidade.

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

dos signatários, os Conselheiros Sauro Henrique de Almeida (Revisor) e Fernando Luiz Saldanha.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2012.

André Barros de Moura
Presidente

Ricardo Wagner Lucas Cardoso
Relator

T

CC/MIG